

Cotas: meritocracia e discriminação

Rafael Diehl *

A UFRGS experimentou este ano seu primeiro vestibular com cotas para estudantes egressos de escolas públicas, autodeclarados afrodescendentes e indígenas. Logo após a divulgação das médias, assistimos a um movimento de reivindicações na Justiça quanto à perda de vaga devido à reserva para cotistas. As justificativas recorrem ao argumento de ter havido discriminação para estes vestibulandos que teriam alcançado a média necessária, mas não ingressaram porque cotistas, que fizeram uma média menor, preencheram as vagas.

O uso do argumento da discriminação paradoxalmente busca negar a validade das cotas sem considerar que estas foram estabelecidas partindo do histórico de discriminação e acesso restrito ao ensino superior para estes grupos. As cotas, como ação afirmativa, buscam produzir uma modificação na lógica de ingresso à universidade pública, que privilegia aqueles que conseguem operar em um domínio de habilidades definido pela prova do vestibular. Em nossa configuração social, ser hábil neste domínio exige poder operar com um conjunto de bens culturais que estão desigualmente distribuídos na sociedade, o que se reflete na pequena presença de negros e pobres em cursos de grande procura e exigência de médias altas.

Mas porque a discriminação pode ser usada como argumento contra as cotas? A resposta está no discurso meritocrático que efetivamente sustenta a argumentação contra as cotas, pois a discriminação alegada no vestibular só pode ser justificada pela posição inquestionável do mérito na pontuação da prova.

O que define a discriminação é a negação da legitimidade de outro a partir de uma característica específica. No caso das cotas, há uma tensão produzida pela afirmação de uma diferença intrínseca, que produz historicamente uma desigualdade de acesso a bens econômicos e culturais.

O discurso da meritocracia e do liberalismo se assenta na igualdade de condições para a livre iniciativa e concorrência. Por princípios lógicos, ele também é contra a discriminação enquanto impeditiva da livre escolha e possibilidade de mudanças na condição social. Por esse motivo, a discriminação racial, por ser referida a uma característica intrínseca, é rechaçada pelo discurso liberal-meritocrático, pois não pode ser obstáculo a uma mudança de condição social.

Seria lógico usar o argumento da discrimi-

nação no vestibular se o discurso meritocrático que o sustenta não negasse por princípio sua presença na sociedade, pois é justamente pela existência da discriminação histórica que as cotas foram propostas.

Mas há peculiaridades entre a diferença da pobreza e do racismo. Enquanto a diferença de cor é abrandada com a suposta democracia racial existente no Brasil, a pobreza é aceita parcialmente como determinante para o escasseamento de condições por ser uma característica não intrínseca, ou seja, cada sujeito pode, numa sociedade liberal, mudar sua situação socioeconômica. Observem que a diferença na cor da pele é despotencializada porque sua aceitação mina o edifício liberal, pois é diferença imutável que tem efeitos históricos na condição socioeconômica. Por esse motivo, seu abrandamento permite que as discussões se concentrem na diferença de renda que, considerada mutável, pode ficar mais facilmente

sob o jugo do discurso meritocrático.

Dessa forma, a discriminação pode ser usada como argumento por aqueles que “perderam” sua vaga para alunos cotistas porque ela não deve existir em uma sociedade liberal e meritocrática. O que fica difícil de perceber é que a discriminação estava apenas encoberta pelo discurso meritocrático antes que se messe em privilégios justificados liberalmente, sendo necessário então negar sua existência cotidiana e histórica que produziu efeitos consistentes sobre as minorias.

Por fim, o fato de a ação afirmativa ocorrer em um reduto em que o serviço público demonstra excelência, explicita uma ênfase entre duas concepções do que é público, a que o considera como um bem de todos e a que o define como aquilo pelo que não precisamos pagar. A ênfase se delineia quando estes serviços são considerados bons ou ruins, criando a divisão de que os serviços públicos de acesso

universal são ruins, ou ruins porque de acesso universal, e aqueles que guardam excelência devem ser distribuídos conforme critérios de mérito, numa lógica competitiva conforme o mercado.

Talvez este episódio mostre que as exigências feitas ao Estado no sentido de garantir as condições de igualdade para que os indivíduos possam competir em um mercado livre só valem quando elas não tocam nos pilares inconscientes do discurso liberal-meritocrático. Assumir a diferença de cor da pele e seus efeitos sociais implica considerar que o Estado não pode privilegiar apenas aqueles que se sobressaem na competição cotidiana, que tem se paudado pela negação da legitimidade do outro, a desvalorização das diferenças e a afirmação de bens individuais e de acesso restrito.

* Psicólogo social, doutorando em informática na Educação/UFRGS

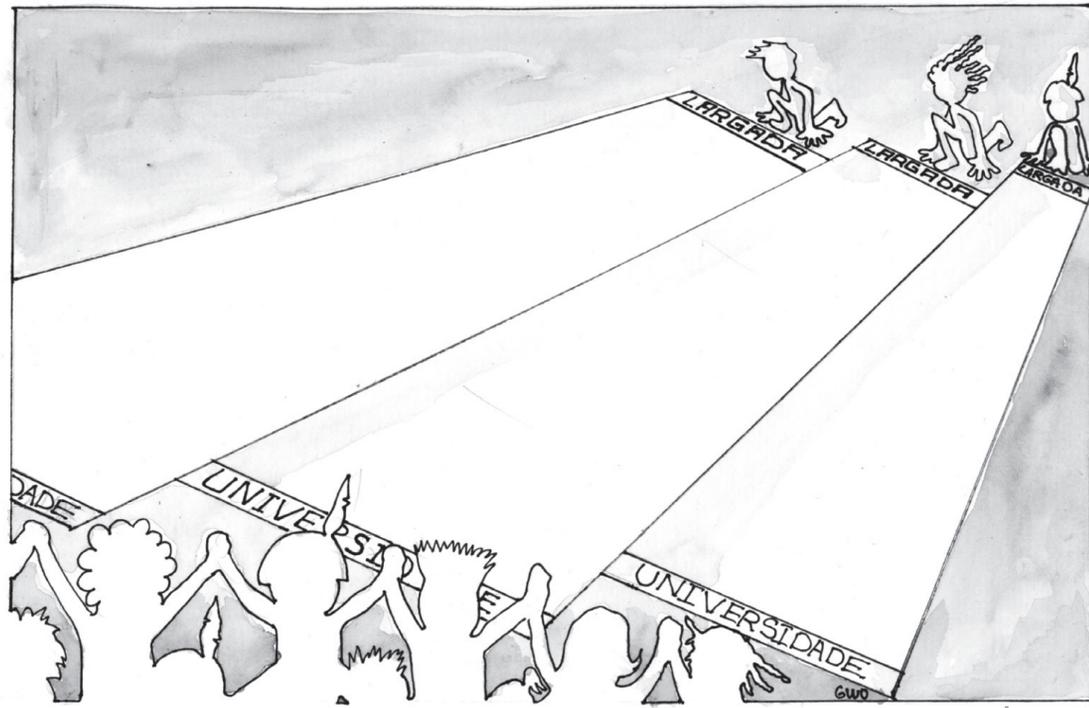


ILUSTRAÇÃO: GWOENE/NIQ

Obama e o teste da democracia americana

André Marengo *

O ciclo de primárias e caucuses do Partido Democrata americano foi finalmente concluído com a vitória de Barack Obama, a ser confirmada ainda na Convenção partidária de agosto. Mais de 37 milhões de eleitores participaram da disputa entre os candidatos democratas, número altamente expressivo, principalmente quando estamos acostumados a ouvir comentários sobre a “crise da democracia representativa”, “a decadência dos partidos políticos”, “a falta de interesse pela política”. Quase desconhecido há seis meses, mesmo para os americanos, Obama derrotou a então favorita do *establishment* democrata, a ex-primeira dama e senadora por dois mandatos, Hillary Clinton. Como entender este fenômeno? De onde vem a força e o apelo de Barack Obama?

As eleições presidenciais norte-americanas têm apresentado longos ciclos de domínio democrata ou republicano. Os democratas predominaram dos anos 30 aos 60, com um pequeno intervalo no governo Eisenhower. Durante os anos 60, o conservador eleitorado democrata do Sul migrou para o lado republicano, como reação à afirmação dos direitos civis, patrocinada pelos governos democratas. Isto

provocou uma mudança na relação de forças, inaugurando um longo ciclo de hegemonia republicana: das 10 eleições presidenciais americanas desde 1968, 7 foram vencidas pelos republicanos. Desde então, a dinâmica da disputa eleitoral tem sido pautada por um duplo movimento: republicanos deslocando-se cada vez mais à direita para garantir o voto dos ultra-conservadores religiosos; democratas, uma derrota após a outra, tentando parecer-se com republicanos para conquistar o voto dos eleitores mais moderados. A estratégia pragmática de Hillary Clinton constituía em repetir o *mais do mesmo* que vem sendo promovido (com limitado sucesso) pelos estrategistas democratas. Obama adotou um caminho diferente: atrair a enorme parcela do eleitorado americano, em especial de uma geração mais nova, e que tem se mantido indiferente à disputa eleitoral. As taxas de abstenção eleitoral nos Estados Unidos são muito elevadas. Em média, 50% dos cidadãos adultos abs-

Sua biografia é o emblema da mobilidade intergeracional de e para um importante grupo de negros

tem-se nas eleições presidenciais, proporção que chega a 70% nas eleições legislativas de *midterm*.

Os Estados Unidos são (perdão pelo lugar comum) uma *terra de contrastes*: primeiro país a promover eleições sem requisitos de renda ou propriedade para o exercício do voto (desde 1828), impediu por meio de leis segregacionistas estaduais ou da violência física que negros chegassem às urnas, até quarenta anos atrás. Neste contexto, a ascensão de Obama apoiado em uma geração pós-políticas segregacionistas completa o ciclo percorrido pelas instituições poliárquicas, que inicia pelo *enfranchisement* dos direitos civis e políticos e culmina com a quebra da última das barreiras raciais, a da Presidência.

A biografia de Barack Obama é agora bastante conhecida: negro, de pai queniano e muçulmano, tendo vivido até a adolescência fora dos EUA, formado em Ciência Política pela Universidade de Colúmbia e Direito por Harvard,

com ingresso na política após trajetória de defesa dos direitos civis, é o emblema da mobilidade intergeracional de e para um importante grupo de negros americanos. Há pouco mais de uma década, Samuel Huntington, um cientista político conhecido por suas afinidades conservadoras, publicou seu livro *O Choque de Civilizações* em que, entre outras hipóteses, afirmava que democracia constituía um patrimônio ocidental, com DNA protestante e anglosaxão. Alguns anos mais tarde, Huntington voltaria ao tema afirmando que os EUA estariam vivendo uma crise de identidade e que a solução seria adotar políticas restritivas à imigração, como forma de preservar a candidez de seus valores culturais. Tapa de luva da fortuna, que a revitalização da democracia americana e as apostas dos eleitores para reverter a crise econômica e oferecer uma saída para o *puzzle* iraquiano sejam confiadas a um negro de nome e família muçulmanos, sem que estas credenciais até o momento pareçam comprometer decisivamente suas probabilidades de conquistar a Presidência. Ponto para a democracia.

* Centro de Estudos sobre Governo, Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFRGS